

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS CONCEITOS: ENCAMINHANDO DISCUSSÕES SOBRE ALTERIDADE E IDENTIDADES ÉTNICAS NA SALA DE AULA

DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA*

RESUMO

O artigo a seguir analisa alguns conceitos estudados em História e como esses mesmos conceitos contribuem para a construção de imagens distorcidas dos acontecimentos, que favorecem a continuidade e o fortalecimento dos preconceitos no reconhecimento do outro e da sua cultura. Trazemos para a discussão alguns autores que reconhecem na alteridade o caminho para estudarmos e ensinarmos de maneira equânime as culturas dos povos da História.

PALAVRAS-CHAVE: História, ensino, conceitos, alteridade, identidades.

ABSTRACT

This paper discusses some concepts in history regarding how they contribute to the construction of distorted images of events, thereby facilitating the continuity and strengthening of prejudices in the recognition of others and their culture. Some authors who recognize the otherness as a way to study and teach in an equitable manner the cultures of the peoples of history are brought to the discussion.

KEYWORDS: History, education, concepts, otherness, identity.

1 – OS CONCEITOS NA SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ensino de História na sociedade hodierna tem adquirido posição central nos debates que envolvem a formação docente e o currículo de História, isso porque, atualmente, existe nos cursos de Licenciatura uma preocupação com os professores que estamos formando, os conhecimentos que internalizam, os referenciais teórico-metodológicos que, apreendidos, são levados para as salas de aula. Da forma como são reproduzidas as informações e descortinados os conceitos aos alunos, percebemos que muitos desses conceitos, veiculados reiteradamente

* Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI-FURG; doutora em História – PUCRS.

nos livros didáticos, entre outros, continuam cristalizando posições que denotam preconceitos, quando não racismo nos conteúdos de História.

Conteúdos como *os Descobrimientos*, *a Pré-História* e *o Abolicionismo*, que são tratados nos anos finais do Ensino Fundamental, apresentam uma forma de interpretar a História e uma visão sobre os vendedos de profundo e absoluto desprezo.

Quando nos referimos, por exemplo, à Pré-História como o período anterior à escrita, estamos minimizando a importância desses povos, considerando ser o termo *pré*, anterior, fora da História. Isso por si só já deve merecer por parte dos historiadores-educadores uma reflexão profunda, que resulta no reconhecimento claro da inobservância da prática da alteridade, assim referendada em Laplantine:

A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento antropológico da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única (2000, p. 21).

O desconhecimento ou desprezo pela cultura do outro acarretou a produção de um conhecimento marcado por preconceitos que são reproduzidos nos livros didáticos. Admitir por exemplo, que um povo está fora da História é desconsiderar toda a herança cultural deixada por esse povo, é admitir entre outras coisas que os documentos materiais não são importantes, não merecem distinção histórica.

Outro conteúdo que é trabalhado nas salas de aula de modo descontextualizado do cenário que o gerou é o Abolicionismo. Quando ensinamos aos nossos estudantes que “a princesa Isabel assinou a Lei Áurea dando a liberdade aos escravos brasileiros”, assim, dessa forma, descolada do conjunto de acontecimentos geradores, perdemos a oportunidade de mostrar aos educandos a luta dos escravos empreendida durante vários séculos, seja nas rebeliões espalhadas pelo Brasil inteiro, seja nas atitudes cotidianas de resistência aos grilhões da escravidão. Mesmo quando chamamos a atenção para a estrutura econômica que fez com que a abolição ocorresse naquele momento, aí também continuamos desconsiderando as lutas dos agentes envolvidos no processo, ou seja, os escravos. As identidades étnicas dos escravos

são destacadas de forma folclórica, porque continuamos ensinando sobre as heranças culturais deixadas pelos escravos, como ritos, comidas típicas, vocabulário, como se tudo isso não fizesse parte da nossa formação identitária. Dessa forma, o pensamento introjetado tanto sobre a cultura africana quanto sobre a indígena é de que são culturas à parte da nossa. Isso em última etapa resulta que reconhecer-se no outro é o primeiro passo para romper com os obstáculos do preconceito cultural. A seguir focaremos mais detidamente nossa análise na palavra *Descobrimientos* e no quanto essa aparentemente simples palavra encobre um conhecimento equivocada da História que é repassado aos estudantes que irão reproduzi-lo ao longo da sua formação.

2 – O TERMO *DESCOBRIMENTOS* E A LEGITIMAÇÃO DA DOMINAÇÃO EUROPÉIA SOBRE OS POVOS

A palavra *Descobrimientos* suscita invariavelmente em nossos espíritos o período das Grandes Navegações européias e suas decorrências, as colonizações. Isso a princípio não teria nenhum problema; no entanto, implícita ou explicitamente, remetemos esses acontecimentos a uma visão carregada de preconceitos e inverdades históricas. Dessa forma, quando empregamos determinadas palavras para falar de um fato histórico, impregnamos de um sentido aquele fato. O sentido assim será interiorizado pelos leitores, na medida em que carregue consigo coerência de denominação, ou por ter virado verdade porque já caiu no senso comum, de modo que essas palavras passam a exprimir o que as pessoas entendem que seja.

A palavra a que nos referimos são os conceitos, que, para o historiador Paul Veyne, são o verdadeiro problema quando se escreve a História. Segundo ele,

Os conceitos inadequados dão ao historiador um mal-estar característico que é um dos episódios consagrados do dramatismo do seu ofício; qualquer profissional conhece mais tarde ou mais cedo essa impressão de que uma palavra não adere, que soa a falso, que é confusa, que os factos não têm o estilo que esperávamos deles segundo o conceito sob o qual agrupamos (VEYNE, 1983, p. 161).

No caso dos *descobrimientos marítimos* europeus ou do *descobrimento do Brasil* particularmente, o conceito, além de apresentar uma história falaciosa, carrega consigo toda uma necessidade da cultura européia ocidental de encobrir ou de legitimar o direito de tomar posse, pois tudo aquilo que é descoberto é achado, portanto não pertence a ninguém. Quem primeiro *descobrir* é o seu legítimo dono.

Essa inverdade histórica congregava não só o desejo dos portugueses, à época das *descobertas*, de fazerem ver ao mundo que eles haviam *achado* um quinhão a mais que os espanhóis, como ainda negava toda a historicidade dos habitantes do lugar, no caso, os índios.

Nesse jogo de faz-de-conta existe uma política européia carregada de ideologização a favor das explorações, das *boas explorações*, diga-se de passagem, já que os europeus identificavam-se como os *civilizados*, aqueles a quem caberia levar aos *primitivos habitantes* de além-mar, depois de estabelecido o contato, os benefícios da religião e do conhecimento, de modo que fossem extraídos do *obscurantismo em que viviam*.

Nessas e noutras situações, o que se percebe em primeiro lugar é o emprego de conceitos que não correspondem à realidade e, em segundo lugar, o que há é a tentativa vitoriosa de açambarcar o *outro* de modo que ele passe a fazer parte da tão propalada *civilização européia*.

De acordo com Orlandi,

ver tem um sentido bem específico nesse contexto: o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse. A submissão às letras começa e termina no olhar (ORLANDI, 1990, p. 13).

Assim, ao apropriar-se através da visão de algo que lhe é interessante, o explorador decodifica a importância e a relevância daquele acontecimento, de modo que o discurso se processe no sentido da dominação legítima, apresentada como imperativo para tornar o *outro*, no caso, os colonizados, *civilizado*, de acordo com as premissas da *humanidade esclarecida e adiantada*, ou seja, a Europa Ocidental.

Voltando à questão dos conceitos, o que vemos é que eles funcionam como se fossem chaves que abrem portas erradas, ou seja, muitas vezes dizem coisas que não representam efetivamente o objeto em si.

Veyne acrescenta: “são portanto estranhos utensílios os conceitos históricos; eles permitem compreender porque são ricos de um sentido que ultrapassa toda a definição possível; pela mesma razão são um incitamento perpétuo ao contra-senso”. Os conceitos históricos não têm, portanto, limites precisos. Empregados fora de época também soam falso¹, como quando se fala de comunismo primitivo utilizado nas

¹ Aqui na nossa visão, o conceito “descobrimto” empregado em uma época em que a terra era habitada por milhões de habitantes serve, antes de mais nada, para justificar a dominação.

missões jesuíticas do Rio Grande do Sul, por exemplo. Dessa forma, torna-se temeroso empregar um conceito classificador. Para Veyne,

todo conceito classificador é falso porque nenhum acontecimento se assemelha a um outro e porque a história não é a constante repetição dos mesmos factos: só nos faz crer nisso o jogo de ilusões que os conceitos classificadores suscitam (1983, p. 169).

Portanto, toda vez que utilizamos conceitos é preciso que analisemos os acontecimentos de acordo com a época em que ocorreram. Enxergar todos como uma tábua rasa pode nos levar a tomar posições precipitadas sobre algum deles. Os conceitos devem ser remodelados sem cessar, sobre a realidade do seu objeto em cada civilização (id., *ibid.*, p.174).

Com relação ao conceito dos *descobrimientos*, existe um discurso eurocêntrico que passou a dominar a própria consciência dos brasileiros. Quanto ao próprio discurso colonial, Orlandi argumenta:

o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (1990, p. 15).

O discurso, assim, desqualifica toda a história dos povos colonizados. O componente político envolvido no processo força à incorporação do silêncio por parte dos dominados. Assim, de um lado temos os europeus procurando absorver as diferenças, projetando os colonizados como cópias em seus imaginários, cópias malfeitas a serem passadas a limpo; enquanto do outro lado, assumindo a condição de simulacros – imagens rebeldes e avessas a qualquer representação –, os brasileiros às vezes aderem, às vezes não, ao discurso das cópias (id., *ibid.*).

A política então utilizada pelos europeus, aliada a uma ideologia excludente, proporciona a interiorização do processo, de modo que o discurso das *descobertas* apresente-se como uma forma de controlar possibilidades de insubordinação dos dominados. Voltando à idéia inicial, quem descobre ou acha algo, tem o direito de apoderar-se dele e dispor de suas possibilidades como lhe convém. Aliado ao componente religioso que pregava a necessidade da *salvação dos povos primitivos*, temos o exemplo claro do jogo de intenções dos colonizadores. Para Orlandi,

o europeu nos constrói como seu “outro” mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o “outro”, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna.

Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso “outro”. Eles são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos “outros” absolutos (id., ibid., p. 47).

Na construção desse *outro*, nós, os brasileiros, assim como qualquer povo explorado, não chegamos nunca a uma integração completa. O brasileiro não fala, é falado. E tanto há um silêncio sobre ele, como ele mesmo significa silenciosamente, sem que os sentidos produzidos por essas formas de silêncio sejam menos determinantes do que as falas “positivas” que se fazem ouvir categoricamente (Id., ibid., p. 50)². O silêncio ainda corrobora o discurso do europeu, forçando a aceitação deste que não é o dos explorados, e sim dos exploradores, com todo o seu arcabouço de significados.

O silenciamento dito de outra forma contrai os sentidos, de modo que aos agentes históricos não é permitida a interpretação das formas discursivas, ou mais ainda, o sujeito histórico excluído do processo, já na origem não ocupa certos espaços dentro da sociedade. Os índios até hoje são seres marginalizados dentro da sociedade, por exemplo. Com relação aos discursos, estes são mencionados sempre a partir da visão do colonizador, de modo que as explorações sejam encaradas por um viés necessário e *normal* à absorção das populações não inseridas no processo civilizatório.

Essas questões são reproduzidas na historiografia sem que muitas vezes possamos perceber isso. Quando chegam às salas de aula, favorecem uma aceitação tácita de que os povos foram realmente *descobertos* e essa apropriação do outro, da sua cultura, da suas identidades é entendida como um processo normal em que os *mais fortes devem realmente dominar os mais fracos*. A história está carregada de outros tantos exemplos que favoreceram ao longo dos séculos que escorressem desse nascedouro de preconceitos, imagens distorcidas, verdades construídas para legalizar as dominações e as diferentes formas de exploração realizadas pelos europeus.

3 – DAS TEORIAS SOBRE O DIFERENTE À ACEITAÇÃO DE CONCEITOS ANACRÔNICOS

A partir das explorações, várias teorias foram elaboradas para explicar a pretensa *inferioridade dos povos dominados*. Os costumes

² Com relação às várias formas de silêncio existentes na sociedade brasileira, temos, desde o silêncio que se faz ouvir dos índios explorados, passando pelos escravos, até os trabalhadores hoje aliados no direito de dar voz a esse mesmo silêncio.

encontrados pelos europeus foram, assim, supervalorizados de modo a justificar todas as ações empreendidas. Em Jannequim (*Viagem à Líbia e ao reino do Senegal*, 1643), apud Amado e Garcia (1989, p. 42-43), encontra-se a seguinte observação:

Por que razão os negros têm o nariz chato? Eles têm nariz chato porque as mulheres andam sempre com os filhos às costas embrulhados em panos de algodão, até quando batem o milho, e a violência dos movimentos faz com que os tendões se partam, pois o nariz das crianças se choca continuamente com os ombros das mães.

Essas e outras teorias, reforçadas pelo darwinismo, geraram a longo prazo nas sociedades exploradas um chamado “darwinismo social” que continua mantendo as formas de exclusão do “outro”, conforme argumentamos anteriormente.

As explorações envolveram episódios de tal violência que nem mesmo os próprios exploradores se furtaram em registrar. Segundo Hernán Cortés³ (*Terceira carta ao Rei de Espanha*, 1522), apud Amado e Garcia (1989, p. 53),

os astecas estavam em tão má situação que [...] para combater tinham que caminhar sobre o corpo dos seus mortos. Foi tanta a mortandade que entre os mortos e presos somou-se mais de quarenta mil almas. Quando entramos naquela parte da cidade não havia outra coisa para colocar os pés que não fosse o corpo de um morto.

O conhecimento e manuseio de armas mais potentes completaram o quadro favorável ao genocídio. Portugueses, ingleses, franceses e norte-americanos não fugiram também à regra adotada pelos espanhóis.

A cultura desses povos também foi outro elemento sufocado pelos exploradores. Desarticulando as crenças e mitos que eram os sustentáculos desses povos, os europeus contribuíram para a sua dominação. As reações esboçadas por esses povos acabaram reforçando as punições. Um historiador espanhol deixou registrado em um relato que índios foram queimados vivos após terem depredado imagens cristãs (apud AMADO; GARCIA, op. cit., p. 59).

Parte da historiografia continua ainda hoje utilizando a palavra *descobrimientos* para referendar todos os processos exploratórios

³ O relato de Cortés a respeito do ataque a Tenochtitlán (México) é apenas um dos vários exemplos de cruel violência empreendida pelo explorador não só na América, mas na África e na Ásia, e no séc. XIX, com o novo colonialismo ou imperialismo, estendida à Oceania (BEAUD, 1999).

destinados a reforçar a idéia eurocêntrica que se apresentou nessa mesma historiografia durante muito tempo como ponto pacífico e para onde não convergiam debates teóricos. A aceitação do termo sem a mínima interpretação do que efetivamente significa nos remete à aceitação hoje das mesmas *boas intenções* que os europeus tiveram. Algumas análises apontam para a questão das idéias e da época em que ocorreram, querendo justificar com isso que as intenções pertencem a um universo mental que nós, atualmente, não temos condições de apreender na sua essência. Em outras palavras, corresponderia a dizer que os europeus agiram de acordo com a sua *consciência histórica*, movidos que estavam pela verdadeira intenção de levar a *civilização* aos povos *primitivos*. Ora, na própria citação de Cortés quando se refere aos mortos do México (quarenta mil almas em um único ataque) existia uma clara percepção da situação que estavam criando, além de reconhecerem a condição de *inferioridade* dos mexicanos. De acordo com Amado e Garcia,

Durante o contato com os europeus, muitos africanos, asiáticos, americanos e habitantes da Oceania morreram. Para garantir a sobrevivência, muitos outros tiveram que reorganizar suas maneiras de viver, suas explicações de mundo, valores e comportamentos. Às vezes essas reorganizações implicaram mudanças tão grandes que, por fim, esses povos se perderam em si mesmos, se desfiguraram, não mais se reconheceram (1989, p. 63).

A autora, apesar de não questionar em seu trabalho o termo *descobrimientos*, arrola uma série de documentos em seu *Navegar é preciso* que nos possibilita o conhecimento mais próximo do cenário da época.

Existia, pois, na nossa maneira de interpretação, conhecimento por parte dos europeus da empresa que estavam criando. Os condicionantes culturais são importantes e merecem destaque, mas nunca podemos perder de vista as transformações econômicas, a aplicação ou desenvolvimento do mercantilismo (controle do Estado sobre a economia) associado à ascensão das burguesias nacionais, sustentáculos e beneficiárias desse processo. Esses elementos foram os propulsores que levaram os europeus a enfrentar os mares e os seus próprios medos para atingir o objetivo maior, a colonização.

Cabe, assim, destacar que o professor, também um pesquisador e portanto crítico da principal fonte que tem nas mãos, o livro didático, deve questionar com seus estudantes essas *verdades* tidas como inquestionáveis, ou ainda, encaminhar análises desses acontecimentos, que devem transpor o espaço da sala de aula, fazendo com que

reconheçam formas de preconceito associadas a esses conceitos arraigados na historiografia e que em última instância impedem de reconhecer plenamente a historicidade dos povos dominados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos autores aqui destacados, conclui-se que, diante do quadro dos “descobrimientos”, vale antes de mais nada um questionamento a respeito desse conceito e do que ele engloba, na medida em que os conceitos remetem a verdades muitas vezes quase inamovíveis. A História é uma ciência que propõe constantemente reformulações interpretativas, e aí está a riqueza do trabalho do historiador. Torna-se premente, pois, que esse e outros conceitos sejam revisitados e repensados, para que possamos atingir cada vez mais uma História verdadeiramente de todos e para todos.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína; GARCIA, Ledonias Franco. *Navegar é preciso: grandes descobrimientos marítimos europeus*. São Paulo: Atual, 1989.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GUARESCHI, P. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GUSMÃO, N. M. M. de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens de outro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, jul. 1999.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.